

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## A TRAJETÓRIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: desafios da permanência estudantil

Victória Braga Pessoa de Oliveira<sup>1</sup>

Carlos Alberto Batista Maciel<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios estudantis na universidade, partindo da trajetória da democratização do ensino superior, plano de assistência estudantil, considerando a questão da evasão e as dificuldades enfrentadas, sobretudo dos(as) estudantes oriundos da classe trabalhadora. Foi utilizado o método dialético pela sua dimensão histórica dos processos sociais com a identificação da relação dialética da infraestrutura com suas superestruturas, além de um levantamento bibliográfico e documental constituído de livros e artigos.

**Palavras-chave:** Assistência estudantil; Educação pública; Permanência.

### ABSTRACT

This article aims to reflect on the student challenges at the university, starting from the trajectory of the democratization of higher education, student assistance plan, considering the issue of evasion and the difficulties faced, especially of students from the working class. The dialectical method was used due to its historical dimension of social processes with the identification of the dialectical relationship between the infrastructure and its superstructures, in addition to a bibliographical and documental survey consisting of books and articles.

**Keywords:** Student assistance; Public education; Permanence.

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino superior brasileiro registrou uma ampla expansão no número de vagas a partir da segunda metade dos anos noventa, acompanhando um processo também registrado em outras partes do mundo. A inclusão desses novos estudantes

<sup>1</sup> Assistente Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Acadêmica de Comércio Exterior na Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: [victoria.bpdoliveira@aluno.uepa.br](mailto:victoria.bpdoliveira@aluno.uepa.br)

<sup>2</sup> Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [maciel@ufpa.br](mailto:maciel@ufpa.br)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

no ensino superior contou com estratégias como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), fundamentais para a expansão e a consolidação da expansão do ensino superior privado.

Para Santos Junior (2014) o contexto capitalista no qual evoluiu o sistema de educação superior apenas reforçou a soberania das classes dominantes em detrimento às classes dominadas. Nesse sentido, aqueles indivíduos que detêm de melhores condições econômicas estão mais favoráveis a permanecer no sistema e serem diplomados, enquanto que aqueles pertencentes à classe trabalhadora estão mais suscetíveis ao insucesso acadêmico e ao conseqüente fenômeno da evasão.

Segundo o levantamento feito em todas as regiões do país pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em 2018, 80% dos estudantes de graduação já tiveram problemas emocionais, sendo: 60% ansiedade, 32% insônia, 20% tristeza permanente, 10% medo ou pânico, 6% ideia de morte e 4% pensamento suicida. Em continuidade na pesquisa, a ANDIFES relata que 70% desse/as graduandos/as nunca procuraram atendimento psicológico na vida, enquanto apenas 4,73% estavam em acompanhamento psicológico e 3,67% tomavam medicamento na época da

A organização deste artigo ocorre em três tópicos, no qual, o primeiro é composta pela introdução, o segundo sobre a trajetória da democratização do ensino superior no Brasil com o contexto histórico da universidade brasileira desde o Brasil Colônia, Era Vargas, seguida pela ditadura militar, sua redemocratização com a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil e os desafios da permanência estudantil por conta da evasão no ensino superior.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

Segundo Stallivieri (2006), a educação superior no Brasil não pode ser discutida sem um cenário e contexto presentes sobre seu surgimento. Estando localizada na América Latina, um continente com grande desigualdade social e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

territorial, que tem como um de seus grandes desafios o direito ao acesso à educação em todos os seus níveis.

A história da universidade brasileira iniciou em 1808 com a chegada da família real portuguesa na colônia, por meio de várias solicitações de comerciantes da Bahia ao príncipe regente Dom João VI para que fosse criada uma “Universidade do Brasil”, havendo colaboração financeira dos mesmos (OLIVEN, 2002). Como resultado dessa solicitação, a cidade de Salvador passou a sediar o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, sendo também inauguradas na cidade do Rio de Janeiro a Escola de Cirurgia, Academias Militares, Escola de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Museu Nacional e o Jardim Botânico, e em Olinda e São Paulo os cursos de Direito.

Não obstante, somente em 1920, no Rio de Janeiro, foi fundada a primeira universidade brasileira (Universidade do Rio de Janeiro), estabelecendo uma nova era na educação superior no Brasil. A Universidade do Rio de Janeiro (URJ), efetivamente, foi organizada na Era Vargas (1930-1945) como parte das ações do Ministério de Educação e Saúde, criado pelo Decreto Nº 19.402<sup>3</sup>, com a normatização do ensino (exceto o militar) e do magistério, assim como da cultura, letras, artes, patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico (BRASIL, 1930). Naquele período, foram criados, por meio do decreto Nº 19.851<sup>4</sup>, o Estatuto das Universidades Brasileiras, na gestão do Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos, pelo decreto Nº 19.850<sup>5</sup>, o Conselho Nacional de Educação (CNE), e pelo decreto o Nº 19.852<sup>6</sup>, a URJ (PINHEIRO, 2017).

<sup>3</sup> Ementa: Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1930).

<sup>4</sup> Ementa: Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1931).

<sup>5</sup> Ementa: Cria o Conselho Nacional da Educação (BRASIL, 1931).

<sup>6</sup> Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 1931).

## PROMOÇÃO



## APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O governo Vargas definiu o formato legal pela qual as universidades deveriam obedecer ao serem criadas, sem gerar a eliminação das instituições já existentes como as escolas autônomas, e ainda, nem vetar a presença da iniciativa privada na área da educação (CERQUEIRA; SANTOS, 2009).

Segundo Pinheiro (2017), o Estatuto das Universidades Brasileiras buscou atender às demandas emergentes daquela época sobre a educação e a coletividade, caracterizando o contexto universitário como meio para elevar o nível da cultura geral, que estimulasse a investigação científica para o domínio do conhecimento humano, e para o preparo técnico e científico superior para o aperfeiçoamento da humanidade (BRASIL, 1931). No seu Art. 5º sobre a constituição das universidades brasileiras, a universidade deveria atender as exigências de:

I. Congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras; II. Dispor de capacidade didática, aí compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente; III. Dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária (BRASIL, 1931).

Na metade da década de 1950, houve diversas disputas sobre os projetos para a universidade brasileira, sendo um dos principais conflitos o debate em torno do papel do governo federal como normatizador do ensino superior e a atuação da igreja católica como formadora de caráter humanista (SCHARWARTZMAN, 1985).

Frente a isso, o movimento estudantil teve um papel importante em mobilizações com o objetivo de alterar a estrutura (ou social; ou governamental; ou econômica; etc) existente e romper com o modelo resultante do Estado Novo, buscando a ampliação de vagas na universidade pública e o desenvolvimento do país aliado às classes populares, na luta contra a desigualdade social no ensino superior (CERQUEIRA; SANTOS, 2009).

Contudo, com a tomada do poder pelos militares no golpe de 1964, iniciou-se uma repressão sobre os intelectuais reformistas, políticos, estudantes e artistas da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



comunidade brasileira. O país passou por um período de intolerâncias e intransigências, com demissões, suspensões, apreensão de reitores, professores e discentes, encerramento de programas e projetos educacionais e a nomeação de interventores como reitores e diretores nas diversas universidades brasileiras (PINHEIRO, 2017). O movimento estudantil entrou em cena como o principal foco de resistência contra a ditadura militar, trazendo instrumentos de embate frente a nova realidade política, como grandes passeatas e conflitos com os segmentos do setor privados que eram apoiadores do regime militar (CERQUEIRA; SANTOS, 2009).

Criada em 1937, a UNE se tornou um dos maiores incômodos aos militares e conservadores, fazendo da instituição estudantil um alvo de perseguição.

A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes. O regime militar retirou legalmente a representatividade da UNE por meio da Lei Suplicy de Lacerda e a entidade passou a atuar na ilegalidade. Em 1966, um protesto em Belo Horizonte na Faculdade de Direito foi brutalmente reprimido (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016, p. 252).

Com o decreto Nº 477<sup>7</sup> de 1969 em vigor, as universidades passaram a exigir dos candidatos ao magistério um tipo de “declaração ideológica” que deveriam ser emitidas por delegacias de ordem política e social das secretarias estaduais de segurança pública (CUNHA; GÓES, 1985).

O Plano Nacional de Educação recebeu uma forte orientação privatista, fazendo com que as instituições privadas de ensino superior se tornassem um grande negócio, com empresários que não tinham comprometimento e ocupações com a educação, pesquisa e qualidade de ensino, visando apenas o lucro por meio da obtenção de diplomas (CERQUEIRA; SANTOS, 2009, p. 6). Esse processo foi denominado por Gentili (2001) de “capitalismo acadêmico”, uma vez que garantiu que o Brasil ocupasse um lugar no ranking dos países que menos investiram em educação.

<sup>7</sup> Ementa: Define inflações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências (BRASIL, 1969).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

No desfecho da década de 1970, teve início os primeiros sinais de enfraquecimento da ditadura militar, ocasionados pelas pressões internacionais ao denunciarem os assassinatos e as torturas realizadas pelos agentes de repressão.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) voltou a ocupar as ruas, participando ativamente de manifestações estudantis. Em seu congresso de reconstrução em 1979, atuou na reestruturação do movimento dos estudantes, com o apoio dos sindicalistas e outras figuras da sociedade civil, em prol da defesa da redemocratização do Brasil e a ideia do povo como sujeito de sua própria história, consolidando a transição do regime autoritário para o regime democrático (JESUS; MAYER; CAMARGO, 2016).

Com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi instituído o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos dos brasileiros, introduzindo avanços de qualidade na educação pública como um direito.

Em relação a educação superior, merecem destaques a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo definida como uma agência de desenvolvimento da pós-graduação que coordena e incentiva a formação de recursos humanos qualificados na pesquisa e na docência superior, apresentando como finalidade a coordenação e execução do Plano Nacional de Pós-graduação, proporcionando estudos e avaliações do desenvolvimento de suas atividades. E o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) transformado em autarquia pela Lei Nº 9.948<sup>8</sup> de 1997 com atribuições de manter e organizar o sistema de informações e estatísticas educacionais, orientando-se na pesquisa de planejamento e coordenação do sistema e projetos de avaliação educacional, objetivando o estabelecimento de indicadores e estatísticas acadêmicas (PINHEIRO, 2017).

<sup>8</sup> Ementa: Transforma o Instituto Nacional de Pesquisas Científicas – INEP em Autarquia Federal e dá outras providências (BRASIL, 1997).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 3 REDEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE: PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Somente a partir da década de 1980 que a questão da permanência dos(as) universitários(as) provenientes da classe trabalhadora passou a ser debatida com maior efervescência. Desse debate, originaram-se iniciativas para a elaboração de projetos e pesquisas focadas na construção de um sistema nacional de assistência estudantil. Ocorreu também a realização dos primeiro Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, assim como reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) que incluíram o tema da permanência em suas pautas. (PINHEIRO, 2017).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPLACE foi criado em 1987, instituído com o objetivo de formular políticas e diretrizes básicas que permitissem a articulação e as ações na área de assuntos comunitários e estudantis em nível regional e nacional, participando ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade e comprometida com a sociedade, promovendo e apoiando estudos e pesquisas na área de sua competência, com congressos, conferências, seminários e eventos em todo Brasil, composto por pró-reitores, vice-reitores e responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior público do país (FONAPLACE, 2004).

Nas discussões do FONAPLACE, salientava-se a importância da redemocratização da universidade, em meio as dificuldades enfrentadas pelo ensino superior em relação à evasão e permanência dos(as) estudantes oriundos da classe trabalhadora, reforçado pelos princípios e diretrizes da Constituição de 1988 destacados na finalidade de garantir os direitos fundamentais e a prevalência dos valores democráticos para o processo de redemocratização da educação centrada na formação dos cidadãos finalizando com a elaboração do Plano Nacional de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Assistência Estudantil pela ANDIFES – Diretoria Executiva (Gestão 2007/2008), (PINHEIRO, 2017).

O conceito de educação ampliou-se, passando a incluir “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Em outras palavras, as Universidades, Faculdades e Centros de Ensino deveriam proporcionar uma formação ampla, não apenas voltada às necessidades do mercado de trabalho, mas também a formar cidadãos, sujeitos com capacidade crítica e de ações conscientes que contribuam para o desenvolvimento humano e da sociedade (SANTOS & MARAFON, 2016).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil foi instituído nacionalmente em 12 de dezembro de 2007, com o intuito de ampliar o acesso e as condições de permanência dos estudantes oriundos da classe trabalhadora na educação pública federal, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e agindo na contramão da retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, com prioridade de atendimento aos(as) estudantes da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos estabelecidos pelas instituições federais de ensino superior (Brasil, 2010). Com isso, a assistência estudantil atingiu um importante destaque, com os(as) discentes passando a possuir direito à educação sob princípios de garantia e valorização e permanecendo na universidade.

## 4 DESAFIOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

O ensino superior brasileiro registrou uma ampla expansão a partir da segunda metade da década de 1990 com a ampliação de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ocorrendo o crescimento por meio do desenvolvimento de políticas de ação afirmativa do ingresso de estudantes pertencentes às camadas da

PROMOÇÃO

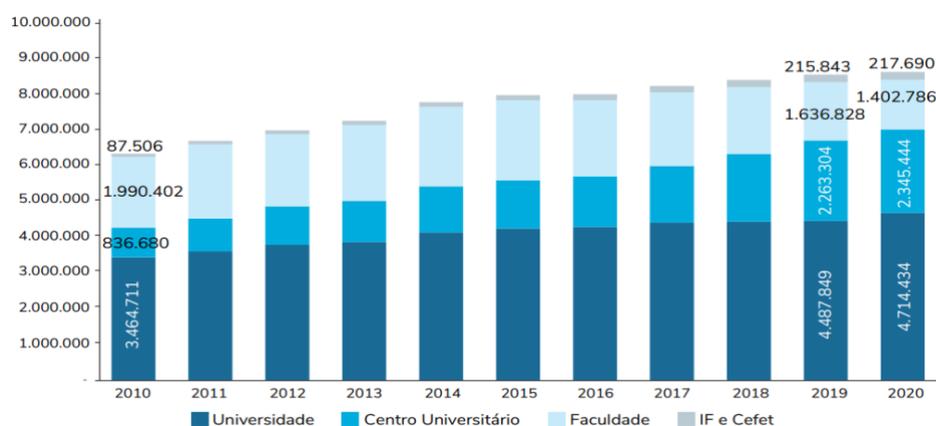


APOIO



classe trabalhadora da população, oriundos da escola pública na modalidade cotas, porém, continuou a enfrentar diversos desafios para o bom desempenho e continuidade de seus estudos no nível superior (COSTA; DIAS, 2015).

De acordo com os dados do Censo de Educação Superior do ano de 2020, foram registradas mais de 8,6 milhões de matrículas, sendo 1,2 milhão de concluintes, representando um crescimento de quase 100% em uma década, comparando ao ano de 2003 em que registrou-se 3.887.022 matrículas. Além disso, 3,7 milhões de estudantes ingressaram em um curso de graduação nesse ano.



**Gráfico 01** - número de matrículas em cursos de graduação por organização acadêmica 2010-2020

Fonte: Censo da Educação Superior, 2020

O levantamento constatou, ainda, que 323.376 professores atuaram no nível educacional em 2020. A pesquisa revelou que havia 2.457 instituições de educação superior no Brasil, na data de referência do censo. Dessas, 2.153 (87,6%) são privadas e 304 (12,4%), públicas. As instituições privadas registraram 3,2 milhões de ingressantes, o que corresponde a 86% do total.

Nas questões sobre inclusão na educação superior, o Brasil se posiciona atrás da maioria dos países de renda média europeus e fica atrás da maioria dos países latino-americanos (NEVES, 2012). Devido à imensa desigualdade de oportunidades no país, tem-se uma educação superior com alcance limitado, que atende, em grande

parte, a elite. As políticas de integração não são suficientes quando relacionadas a permanência dos(as) universitários(as) no ensino superior.

Do ensino médio para o ensino superior, o(a) estudante passa por uma série de transições que são vivenciadas de forma ambígua, sendo de um lado as expectativas da conquista de liberdade e autonomia, seguida da visão de realização de uma meta a alcançar neste ensino e, do outro lado, os sentimentos de ansiedade e perplexidade à novidade e seus desafios na transição.

Schleich (2006), afirma que o processo de integração do(a) estudante no contexto universitário, pode ser descrito tomando por base cinco dimensões, conforme se destacam no quadro a seguir:

INTEGRAÇÃO DISCENTE	
DIMENSÕES	CARACTERÍSTICAS
Pessoal	Envolve o bem estar psicológico e físico, e aspectos da própria pessoa.
Interpessoal	Envolve o estabelecimento das relações com a família, colegas, professores, busca de suporte.
Acadêmicas	Envolve a organização do estudo, recursos de aprendizagem, uso de tempo.
Institucionais	Envolvimento com as atividades, com os colegas e com a universidade.
Vocacional	Envolve a adaptação com o curso e projetos com a carreira e profissão.

**Quadro 01** - Processos de integração discente no ensino superior

Fonte: Schleich (2006)

Para autora, esses fatores compõem uma série de rupturas para o estudante, no qual a entrada na universidade ocasiona para muitos jovens o afastamento das relações da infância e adolescência ao nível de família e amigos, com a necessidade de estabelecer novas amizades e relações pessoais com o intuito de servir como suporte social.

Baggi Lopes (2011) discorrem que a evasão escolar pode ser definida como a interrupção no ciclo de estudos e que pode ser provocada por inúmeros fatores:

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



personais, familiares, sociais, econômicos ou institucionais. Embora tenha acontecido um avanço para o processo de democratização do acesso ao ensino superior no qual “o sistema de massas”, composto pelas classe trabalhadora passa a compor o mesmo espaço do “sistema de elite”, que adentra esse mesmo espaço acadêmico desde o surgimento da universidade, trazendo assim, questionamentos relacionados aos desafios para a promoção da permanência dos(as) estudantes em seus cursos de ingresso, que continua assolando a classe menos favorecida que ingressa no sistema educacional em desvantagem, haja vista seu despreparo econômico, social e instrucional, os quais, podem contribuir sobremaneira para a decisão de sair do sistema sem concluir o curso iniciado (SANTOS JUNIOR, 2014).

A partir de estudos realizados nos Estados Unidos e na América Latina, Ezcurra (2011) afirma que com o ingresso no ensino superior para muitos estudantes de camadas sociais mais baixas pode se transformar em uma porta giratória tanto no sentido de que nem todos a atravessam, mas também, no sentido de que dadas as condições precárias de alguns cursos, muitos vão mudando sem saírem do lugar, com os investimentos em um curso superior não significando a possibilidade de uma transformação mais profunda nas condições socioeconômicas do(a) discente.

Zago (2006), enfatiza desigualdades acerca do tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência, havendo um malabarismo frente as dificuldades econômicas e a luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer. Ao problematizar sobre os percursos dos(as) estudantes universitários(as) da classe trabalhadora, o autor traz relatos de custos pessoais de se estudar em condições adversas, tais como: dificuldade de cumprir com as obrigações acadêmicas, não participação em atividades fora do horário das aulas, não participação nas atividades sociais da turma, sobretudo quando se inserem em cursos mais elitistas.

Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas (ZAGO, 2006, p. 233).

Ainda ressaltando as dificuldades das camadas da classe trabalhadora da sociedade, Pacheco e Ristoff (2004) chamam a atenção para um estudo do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes, o qual revela que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que “não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito” (p. 9). Este dado aponta para a necessidade de políticas institucionais que sejam dirigidas a promover a permanência dos(as) estudantes nos cursos universitários, principalmente daqueles com maiores dificuldades.

Esses dados tornam-se mais claros quando ponderamos o processo educativo dentro de um contexto histórico, em que a educação esteve estreitamente atrelada aos fatores econômicos das classes sociais, sendo estritamente um reflexo dos interesses da classe dominante. Ponce (2001) argumenta que:

Ligada estreitamente à estrutura econômica das classes sociais, a educação, em cada momento histórico, não pode ser outra coisa a não ser um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações dessas classes. A confiança na educação, como um meio de transformar a sociedade, explicável numa época em que a ciência social ainda não estava construída, resulta totalmente inadmissível depois que a burguesia do século XIX descobriu a existência das lutas de classe. (PONCE, 2001, p. 169)

Para o autor, o ensino massificado não consegue se diferenciar da lógica capitalista de educação, uma vez que as oportunidades de sucesso estudantil estiveram (e continuam), historicamente, em favor de minorias elitizadas. Ou seja, embora tenha possibilitado o ingresso de um número cada vez maior de estudantes de classes distintas na educação superior, o sistema educacional brasileiro não tem conseguido assegurar as condições necessárias para a permanência das massas no sistema.

Numa sociedade desigual, as políticas educacionais deveriam ser implementadas com o pressuposto de formação mais humanizada de todos os

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



cidadãos e não apenas para a acentuação da competitividade de classes observada no sistema em vigência. Sendo assim, Gomes e Moraes (2012) consideram que a partir do aumento das taxas de matrícula na educação superior, com a incorporação de um número crescente de parcelas da população que apresentam diferenças sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais e regionais, visualiza-se a urgência da promoção da igualdade e equidade social e educativa, especialmente como meio de contribuir para o sucesso acadêmico.

## 5 CONCLUSÃO

As desigualdades sociais e econômicas tem pesado sobre as desigualdades educacionais, as quais estão entrelaçadas as dificuldades estudantis, influenciando para o seu insucesso. Trazendo esta constatação para o sistema de educação superior, é crível afirmarmos que a continuidade da atual dinâmica meritocrática de ensino, contribuirá para manter os obstáculos à concretização do percurso acadêmico para a ampliação do acesso, da permanência e da diplomação. Isto limitará e impedirá a universalização da Educação.

Ainda que tenha ocorrido na última década uma transição de um sistema de elite para um sistema com maior acesso à educação superior brasileira, o processo de evasão estudantil prossegue, o que gera prejuízos para toda a sociedade, tendo em vista os investimentos feitos sem o devido retorno.

A vantagem do sistema de ensino com maior acesso é a de viabilizar o ingresso de um número de estudantes com características socioeconômicas heterogêneas. Todavia, tal sistema não consegue se diferenciar da lógica capitalista que, ao fornecer condições desiguais aos estudantes, coadjuva para o insucesso acadêmico de um grande contingente, sobretudo daqueles em condições econômicas precárias ou vulneráveis.

Por conseguinte, o processo de evasão na educação superior pode ser encarado como o resultado de uma sociedade desigual. Não basta democratizar o acesso ao sistema. Devem ser adotadas medidas que visem à permanência exitosa

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

do estudante em seu curso, com possibilidades concretas de conclusão a todos(as), indiferentemente de sua origem social e de sua condição econômica.

## REFERÊNCIAS

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. L.; **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de; SANTOS, Adilson Pereira dos. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes**. 2009, Florianópolis.

COSTA, Silvio Luiz da. DIAS, Sonia Maria. **A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão**. JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS v.9, n.17 e 18| PP. 51–60.

EZCURRA, A. M. **Os estudantes recém-ingressados: democratização e responsabilidades das instituições universitárias**. São Paulo, EDUSP, (2009).

GOMES, A.M.; MORAES, K. **Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas.

JESUS, Luciano Nascimento de; MAYER, André Luiz Monteiro; CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira de. **Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE**. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 38, n. 3, p. 247-257, July-Sept., 2016.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



NEVES, Clarissa E. B. **A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. **Educação superior: democratizando o acesso**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2001. P.169.

PINHEIRO, Ellana Barros. **A Política de Assistência Estudantil na UFPA: um estudo do Programa de Assistência Estudantil Permanência**. Belém, PA. 2017.

SANTOS JUNIOR, J. S; **Luta de classes, desigualdades educacionais e suas implicações para o processo de evasão na educação superior: uma análise a partir de karl marx**. 8º ENEPE UFGD/ 5º EPEX UEMS, 2014.

SCHLEICH, A.L.R.; **Integração na educação superior e satisfação acadêmica de estudantes ingressantes e concluintes**. Campinas, 2006.

STALLIVIERI, L; **O sistema de ensino superior do brasil: características, tendências e perspectivas**. Caxias do Sul, RS. 2006.

SCHWARTZMAN, S. G; **Capanema e a educação brasileira: uma interpretação**. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 66 (153), p. 165-72, maio/ago. 1985.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. **Revista Brasileira de Educação**, 2006, v. 11, n. 32.

PROMOÇÃO



APOIO

